

# Análise do Perfil e Padrão da Violência Contra Mulheres no Brasil (2009–2021)

Analysis of the Profile and Pattern of Violence Against Women in Brazil (2009–2021)

Análisis del Perfil y Patrón de la Violencia contra las Mujeres en Brasil (2009–2021)

## RESUMO

**Objetivo:** Analisar o perfil da violência no Brasil e os desfechos relacionados aos tipos de violência contra a mulher (VCM) no período de 2009 a 2021. **Método:** Estudo transversal com dados públicos provenientes das notificações compulsórias de VCM ao longo de 13 anos. As variáveis dependentes foram violência física e psicológica, e as independentes incluíram faixa etária, escolaridade, raça/cor, agressor e encaminhamentos. **Resultados:** Foram analisadas 2.872.993 notificações de casos de violência ocorridos entre 2009 e 2021. Entre as vítimas, 57,3% eram adultas, 46,9% tinham até o ensino médio completo, 40,0% se autodeclararam brancas, 37,7% eram solteiras, 10,0% possuíam alguma deficiência e 46,0% residiam na Região Sudeste. **Conclusão:** O perfil predominante das mulheres que buscaram serviços de saúde por violência no Brasil foi composto por adultas, com ensino médio, autodeclaradas brancas, solteiras, residentes na Região Sudeste.

**DESCRIPTORIOS:** Violência Doméstica; Maus-Tratos Conjugais; Violência por Parceiro Íntimo; Violência Baseada em Gênero; Exposição à Violência.

## ABSTRACT

**Objective:** To analyze the profile of violence in Brazil and the outcomes related to types of violence against women (VAW) from 2009 to 2021. **Method:** A cross-sectional study using public data from compulsory notifications of VAW over a 13-year period. The dependent variables were physical and psychological violence, and the independent variables included age group, education level, race/skin color, perpetrator, and referrals. **Results:** A total of 2,872,993 notifications of violence cases occurring between 2009 and 2021 were analyzed. Among the victims, 57.3% were adults, 46.9% had completed up to secondary education, 40.0% self-identified as White, 37.7% were single, 10.0% had some type of disability, and 46.0% resided in the Southeast Region of Brazil. **Conclusion:** The predominant profile of women who sought health services due to violence in Brazil consisted of adults with secondary education, self-identified as White, single, and residing in the Southeast Region.

**DESCRIPTORS:** Domestic Violence; Spouse Abuse; Intimate Partner Violence; Gender-Based Violence; Exposure to Violence

## RESUMEN

**Objetivo:** Analizar el perfil de la violencia en Brasil y los desenlaces relacionados con los tipos de violencia contra la mujer (VCM) en el período de 2009 a 2021. **Método:** Estudio transversal con datos públicos provenientes de las notificaciones obligatorias de VCM a lo largo de 13 años. Las variables dependientes fueron la violencia física y psicológica, y las independientes incluyeron grupo etario, nivel educativo, raza/color de piel, agresor y derivaciones. **Resultados:** Se analizaron 2.872.993 notificaciones de casos de violencia ocurridos entre 2009 y 2021. Entre las víctimas, el 57,3% eran adultas, el 46,9% tenía hasta educación secundaria completa, el 40,0% se autodeclaró blanca, el 37,7% era soltera, el 10,0% presentaba algún tipo de discapacidad y el 46,0% residía en la Región Sudeste de Brasil. **Conclusión:** El perfil predominante de las mujeres que buscaron servicios de salud por violencia en Brasil estuvo compuesto por adultas, con educación secundaria, autodeclaradas blancas, solteras y residentes en la Región Sudeste.

**DESCRIPTORIOS:** Violencia Doméstica; Maltrato Conyugal; Violencia de Pareja Íntima; Violencia de Género; Exposición a la Violencia.

RECEBIDO EM: 26/01/2026 APROVADO EM: 02/03/2026

**Como citar este artigo:** Assis Neto LA, Arato CVB, Cavalcante DFB, Raimundo ACS, Silva Junior MF, Probst LF, Guerra LM. Análise do Perfil e Padrão da Violência Contra Mulheres no Brasil (2009–2021). Saúde Coletiva (Edição Brasileira) [Internet]. 2026 [acesso ano mês dia];17(106):19514–19543. Disponível em: DOI: 10.36489/saudecoletiva.2026v17i106p19514–19543

**ID** **Lucídio Andrade de Assis Neto**  
Mestre - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba.  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6727-8359>

**ID** **Caio Vieira de Barros Arato**  
Mestre - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4124-5728>

**ID** **Denise de Fátima Barros Cavalcante**  
Doutora - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9166-0367>

**ID** **Augusto Cesar Souza Raimundo**  
Doutor - Universidade Estadual de Campinas, Fa-

culdade de Odontologia de Piracicaba.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7736-9189>

**ID** **Manoelito Ferreira Silva Junior**  
Doutor - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8837-5912>

**ID** **Livia Fernandes Probst**  
Doutora - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4696-0862>

**ID** **Luciane Miranda Guerra**  
Doutora - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7542-7717>

## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher (VCM) constitui uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública reconhecido pela Organização Mundial da Saúde<sup>1</sup>. Estimativas globais indicam que 30% das mulheres com 15 anos ou mais já sofreram violência física ou sexual praticada por parceiro íntimo ao menos uma vez ao longo da vida, com repercussões que não afetam apenas a saúde e o bem-estar das vítimas, mas que também impõem impactos sociais e econômicos significativos tanto para as próprias mulheres quanto para a sociedade<sup>2</sup>. Diante desse cenário, torna-se fundamental caracterizar o perfil desse agravo, de modo a subsidiar ações de monitoramento e contribuir para a formulação de políticas públicas.

No Brasil, o registro da violência no âmbito da saúde teve início em novembro de 2003, com a promulgação da Lei nº 10.778, que estabeleceu a obrigatoriedade da notificação, por parte dos profissionais de saúde, dos casos de violência envolvendo usuários atendidos nos serviços de saúde<sup>3</sup>. Entretanto, somente em 2009 foi instituída a Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências Interpessoais<sup>4</sup>.

A notificação evidencia a magnitude e a gravidade desse problema e constitui a estratégia por meio da qual é possível compreender o perfil da violência em determinado território, servindo de base para a construção de políticas públicas em saúde<sup>5</sup>. No contexto dos serviços de saúde, cabe aos profissionais identificar o tipo de violência e ofertar respostas no âmbito da Rede de Atenção à Saúde, com vistas ao enfrentamento da problemática, incluindo o encaminhamento para serviços especializados, a articulação dos fluxos de cuidado e a promoção da atenção integral às vítimas de violência<sup>6,7</sup>. Assim, o objetivo deste estudo é analisar o perfil da VCM no Brasil, com base nas fichas de notificação compulsória, bem como os desfechos associados, no período de 2009 a 2021.

## MÉTODOS

O delineamento deste estudo está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (Universidade Estadual de Campinas, CEP – FOP/UNICAMP) e obteve dispensa de apreciação ética por envolver exclusivamente dados de do-

mínio público.

Trata-se de um estudo transversal, com utilização de dados secundários, em consonância com as diretrizes do *Strengthening the Reporting of Observational studies in Epidemiology* (STROBE)<sup>8</sup>. O estudo aborda a violência contra a mulher (VCM) no Brasil no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2021, utilizando dados disponibilizados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde (MS).

Foram coletadas informações referentes ao local da ocorrência, tipo de violência, faixa etária, nível de escolaridade, etnia, vínculo com o agressor e encaminhamentos, com base nas fichas de notificação compulsória preenchidas por profissionais de saúde durante o atendimento às vítimas. O período de 13 anos foi selecionado por corresponder à obrigatoriedade da notificação da VCM por meio das fichas de notificação, estabelecida pela Lei nº 10.778 (2009), até o início do presente estudo (2022).

A população do estudo foi composta por todas as notificações compulsórias (2.872.993 casos de violência) registradas por profissionais de saúde no atendimento a mulheres vítimas de violência entre janeiro de 2009 e dezembro de 2021. As variáveis analisadas e suas res-

pectivas categorizações seguiram a estrutura da ficha de notificação compulsória preenchida pelos profissionais de saúde. As variáveis utilizadas no estudo foram organizadas em duas categorias: desfecho e variáveis independentes. O desfecho foi categorizado em dois tipos de violência: física (sim, não, ignorado) e psicológica/moral (sim, não, ignorado).

As variáveis independentes relacionadas às vítimas incluíram faixa etária (criança até 18 anos, adulta, idosa acima de 60 anos), escolaridade (analfabeta, ensino fundamental, ensino superior), raça/cor (branca, preta, amarela, parda, indígena, ignorado), estado civil (solteira, casada/em união estável, viúva, separada, não se aplica, ignorado) e a presença de algum tipo de deficiência ou transtorno (sim, não, não se aplica, ignorado). Adicionalmente, foi avaliada a condição gestacional da vítima (sim, não).

As variáveis independentes relacionadas ao provável agressor incluíram o vínculo ou grau de parentesco com a pessoa atendida (pai, mãe, padrasto, madrasta, cônjuge, ex-cônjuge, companheiro, ex-companheiro, filho, irmão, amigos/conhecidos, desconhecidos, cuidador, empregador/chefe, relação institucional, policial/agente da lei, a própria pessoa ou outros) e o sexo do

provável agressor (feminino, masculino, ambos os sexos, ignorado). Também foi considerada suspeita de uso de álcool pelo agressor (sim, não, ignorado).

Além disso, foram analisadas variáveis relacionadas ao município de ocorrência, incluindo os encaminhamentos para diferentes redes de apoio, tais como saúde, assistência social, educação, serviços da mulher, serviços de proteção à criança, delegacias especializadas e outros (sim, não, ignorado). Por fim, o local de ocorrência foi codificado de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todos os dados secundários foram organizados em planilhas por meio do software Microsoft Excel. Realizou-se análise descritiva dos dados, com apresentação das frequências absolutas (n) e relativas (%). Posteriormente, foram conduzidas análises de regressão de Poisson com variâncias robustas para investigar a associação entre os desfechos (violência física ou psicológica) e cada variável independente, bem como os desfechos relacionados ao local de ocorrência.

As variáveis com  $p < 0,20$  nas análises bivariadas foram incluídas nos modelos múltiplos de regressão de Poisson com variâncias robustas. No modelo final, permaneceram apenas as variáveis com  $p \leq 0,05$  após ajuste pelas demais

variáveis. Os modelos foram ajustados utilizando o critério *Quasi-likelihood under the Independence model Criterion* (QIC). As análises foram realizadas no software R, adotando-se nível de significância de 5%.

## RESULTADOS

Entre 2009 e 2021, foram analisadas 2.872.993 fichas de notificação compulsória de violência no Brasil. A violência foi mais prevalente entre adultas (57,3%), indivíduos com escolaridade até o ensino médio (46,9%) e aquelas que se autodeclararam brancas (40,0%). As vítimas gestantes corresponderam a 3,8%, e 37,3% eram solteiras, enquanto 10,0% apresentavam algum tipo de deficiência. A violência foi mais frequente na Região Sudeste (46,1%) e nos casos de violência autoprovocada (21,2%), sendo que 23,0% apresentaram suspeita de uso de álcool. A violência física representou 36,3% do total de casos. A violência física foi mais comum entre adultas (RP=1,24), indivíduos indígenas (RP=1,33), nos casos em que o agressor era irmão(ã) (RP=1,29) e na Região Sudeste (RP=1,12), com prevalências de 45,1%, 47,7%, 50,1% e 42,3%, respectivamente (Tabela 1).

**Tabela 1. Resultados das análises bruta e ajustada de associação com a violência física no período de 2009 a 2021.**

Variável	Categoria	Total	Apenas Violência Psicológica		Modelos Individuais		Modelo Ajustado	
			Não	*Sim	RP (IC95%)	p-value	RP (IC95%)	p-value
Geral	-	2.872.993 (100,0%)	1.830.694 (63,7%)	1.042.299 (36,3%)	-	-	-	-
Idade	Criança	957.571 (33,3%)	744.032 (77,7%)	213.539 (22,3%)	Ref	-	Ref	-
	Adulto	1.646.234 (57,3%)	904.003 (54,9%)	742.231 (45,1%)	2,02 (2,01 - 2,03)	<0,0001	1,24 (1,21 - 1,27)	<0,0001
	Idoso	167.049 (5,8%)	105.604 (63,2%)	61.445 (36,8%)	1,65 (1,64 - 1,66)	<0,0001	1,04 (0,98 - 1,10)	0,1956
	Ignorado	102.139 (3,6%)	77.055 (75,4%)	25.084 (24,6%)	-	-	-	-
Nível Educacional	Iliterato	195.729 (6,8%)	132.294 (67,6%)	63.435 (32,4%)	Ref	-	Ref	-
	Ensino Médio	1.347.761 (46,9%)	830.615 (61,6%)	517.146 (38,4%)	1,18 (1,18 - 1,19)	<0,0001	0,97 (0,95 - 1,00)	0,0277

Nível Educacional	Ensino Superior	789.033 (27,5%)	447.572 (56,7%)	341.461 (43,3%)	1,34 (1,33 - 1,34)	<0,0001	1,08 (1,05 - 1,11)	<0,0001
	Ignorado	540.470 (18,8%)	420.213 (77,7%)	120.257 (22,3%)	-	-	-	-
Raça	Branco	1.148.803 (40,0%)	747.010 (65,0%)	401.793 (35,0%)	Ref	-	Ref	-
	Negro	227.434 (7,9%)	142.822 (62,8%)	84.612 (37,2%)	1,06 (1,06 - 1,07)	<0,0001	0,97 (0,94 - 0,99)	0,0111
	Amarelo	19.546 (0,7%)	12.171 (62,3%)	7.375 (37,7%)	1,08 (1,06 - 1,10)	<0,0001	0,94 (0,87 - 1,03)	0,1672
	Pardo	1.092.805 (38,0%)	689.106 (63,1%)	403.699 (36,9%)	1,06 (1,05 - 1,06)	<0,0001	1,02 (1,00 - 1,03)	0,0520
	Indígena	25.276 (0,9%)	13.229 (52,3%)	12.047 (47,7%)	1,36 (1,34 - 1,38)	<0,0001	1,33 (1,25 - 1,41)	<0,0001
	Ignorado	359.129 (12,5%)	226.356 (63,0%)	132.773 (37,0%)	-	-	-	-
Gestação	Não	1.110.821 (38,7%)	681.252 (61,3%)	429.569 (38,7%)	1,36 (1,35 - 1,37)	<0,0001	1,24 (1,20 - 1,28)	<0,0001
	Sim	109.890 (3,8%)	78.599 (71,5%)	31.291 (28,5%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	1.652.282 (57,5%)	1.070.843 (64,8%)	581.439 (35,2%)	-	-	-	-
Status civil/ marital	Solteiro	1.072.329 (37,3%)	644.626 (60,1%)	427.703 (39,9%)	1,27 (1,26 - 1,29)	<0,0001	1,13 (1,07 - 1,19)	<0,0001
	Casado	659.432 (23,0%)	369.021 (56,0%)	290.411 (44,0%)	1,41 (1,39 - 1,43)	<0,0001	1,12 (1,06 - 1,19)	<0,0001
	Viúvo(a)	52.115 (1,8%)	35.799 (68,7%)	16.316 (31,3%)	Ref	-	Ref	-
	Separado	129.742 (4,5%)	78.917 (60,8%)	50.825 (39,2%)	1,25 (1,23 - 1,27)	<0,0001	1,08 (1,02 - 1,15)	0,0070
	Ignorado	959.375 (33,4%)	702.331 (73,2%)	257.044 (26,8%)	-	-	-	-
Possui alguma deficiência/ transtorno?	Não	1.973.780 (68,7%)	1.218.204 (61,7%)	755.576 (38,3%)	1,46 (1,45 - 1,47)	<0,0001	1,33 (1,29 - 1,37)	<0,0001
	Sim	287.739 (10,0%)	212.443 (73,8%)	75.296 (26,2%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	611.474 (21,3%)	400.047 (65,4%)	211.427 (34,6%)	-	-	-	-
Relação – Ignorado	Não	2.253.285 (78,4%)	1.451.688 (64,4%)	801.597 (35,6%)	Ref	-	-	-
	Sim	255.582 (8,9%)	126.836 (49,6%)	128.746 (50,4%)	1,42 (1,41 - 1,42)	<0,0001	-	-
	Ignorado	364.126 (12,7%)	252.170 (69,3%)	111.956 (30,7%)	-	-	-	-
Relação – Pai	Não	2.292.779 (79,8%)	1.391.217 (60,7%)	901.562 (39,3%)	2,86 (2,83 - 2,89)	<0,0001	1,19 (1,12 - 1,26)	<0,0001
	Sim	213.566 (7,4%)	184.185 (86,2%)	29.381 (13,8%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	366.648 (12,8%)	255.292 (69,6%)	111.356 (30,4%)	-	-	-	-
Relação – Mãe	Não	2.231.809 (77,7%)	1.326.200 (59,4%)	905.609 (40,6%)	4,50 (4,45 - 4,56)	<0,0001	1,32 (1,23 - 1,43)	<0,0001
	Sim	285.288 (9,9%)	259.587 (91,0%)	25.701 (9,0%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	355.896 (12,4%)	244.907 (68,8%)	110.989 (31,2%)	-	-	-	-

# Artigo Original

Assis Neto LA, Arato CVB, Cavalcante DFB, Raimundo ACS, Silva Junior MF, Probst LF, Guerra LM  
Análise do Perfil e Padrão da Violência Contra Mulheres no Brasil (2009–2021)

Relação – Padrasto	Não	2.440.741 (85,0%)	1.521.373 (62,3%)	919.368 (37,7%)	1,90 (1,87 - 1,93)	<0,0001	1,25 (1,15 - 1,36)	<0,0001
	Sim	58.494 (2,0%)	46.904 (80,2%)	11.590 (19,8%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	373.758 (13,0%)	262.417 (70,2%)	111.341 (29,8%)	-	-	-	-
Relação – Cônjuge	Não	2.128.400 (74,1%)	1.382.254 (64,9%)	746.146 (35,1%)	Ref	-	-	-
	Sim	393.106 (13,7%)	207.760 (52,9%)	185.346 (47,1%)	1,34 (1,34 - 1,35)	<0,0001	-	-
	Ignorado	351.487 (12,2%)	240.680 (68,5%)	110.807 (31,5%)	-	-	-	-
Relação – Ex-cônjuge	Não	2.362.265 (82,2%)	1.489.608 (63,1%)	872.657 (36,9%)	Ref	-	-	-
	Sim	147.227 (5,1%)	89.079 (60,5%)	58.148 (39,5%)	1,07 (1,06 - 1,08)	<0,0001	-	-
	Ignorado	363.501 (12,7%)	252.007 (69,3%)	111.494 (30,7%)	-	-	-	-
Relação – Parceiro	Não	2.424.184 (84,4%)	1.525.672 (62,9%)	898.512 (37,1%)	Ref	-	-	-
	Sim	79.541 (2,8%)	47.862 (60,2%)	31.679 (39,8%)	1,07 (1,07 - 1,08)	<0,0001	-	-
	Ignorado	369.268 (12,9%)	257.160 (69,6%)	112.108 (30,4%)	-	-	-	-
Relação – Ex-parceiro	Não	2.459.016 (85,6%)	1.546.649 (62,9%)	912.367 (37,1%)	Ref	-	-	-
	Sim	43.359 (1,5%)	25.613 (59,1%)	17.746 (40,9%)	1,10 (1,09 - 1,12)	<0,0001	-	-
	Ignorado	370.618 (12,9%)	258.432 (69,7%)	112.186 (30,3%)	-	-	-	-
Relação – Filho	Não	2.418.229 (84,2%)	1.513.857 (62,6%)	904.372 (37,4%)	1,20 (1,19 - 1,21)	<0,0001	-	-
	Sim	88.538 (3,1%)	61.009 (68,9%)	27.529 (31,1%)	Ref	-	-	-
	Ignorado	366.226 (12,7%)	255.828 (69,9%)	110.398 (30,1%)	-	-	-	-
Relação – Sobrinho	Não	2.419.387 (84,2%)	1.529.567 (63,2%)	889.820 (36,8%)	Ref	-	Ref	-
	Sim	79.678 (2,8%)	39.752 (49,9%)	39.926 (50,1%)	1,36 (1,35 - 1,37)	<0,0001	1,29 (1,24 - 1,33)	<0,0001
	Ignorado	373.928 (13,0%)	261.375 (69,9%)	112.553 (30,1%)	-	-	-	-
Relação – Cuidador(a)	Não	2.486.225 (86,5%)	1.556.339 (62,6%)	929.886 (37,4%)	2,93 (2,80 - 3,06)	<0,0001	1,74 (1,30 - 2,33)	0,0002
	Sim	12.898 (0,4%)	11.250 (87,2%)	1.648 (12,8%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	373.870 (13,0%)	263.105 (70,4%)	110.765 (29,6%)	-	-	-	-
Relação – Empregador(a)	Não	2.498.230 (87,0%)	1.567.364 (62,7%)	930.866 (37,3%)	1,69 (1,60 - 1,77)	<0,0001	1,73 (1,40 - 2,14)	<0,0001
	Sim	5.422 (0,2%)	4.224 (77,9%)	1.198 (22,1%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	369.341 (12,9%)	259.106 (70,2%)	110.235 (29,8%)	-	-	-	-
Relação – Institucional	Não	2.485.383 (86,5%)	1.559.213 (62,7%)	926.170 (37,3%)	1,15 (1,12 - 1,18)	<0,0001	-	-
	Sim	16.352 (0,6%)	11.053 (67,6%)	5.299 (32,4%)	Ref	-	-	-
	Ignorado	371.258 (12,9%)	260.428 (70,1%)	110.830 (29,9%)	-	-	-	-

Relação – Policial	Não	2.484.542 (86,5%)	1.563.729 (62,9%)	920.813 (37,1%)	Ref	-	-	-
	Sim	20.181 (0,7%)	9.437 (46,8%)	10.744 (53,2%)	1,44 (1,42 - 1,46)	<0,0001		
	Ignorado	368.270 (12,8%)	257.528 (69,9%)	110.742 (30,1%)	-	-	-	-
Relação – Autoprovocada	Não	1.947.642 (67,8%)	1.156.784 (59,4%)	790.858 (40,6%)	1,50 (1,49 - 1,50)	<0,0001	1,35 (1,32 - 1,39)	<0,0001
	Sim	608.564 (21,2%)	443.471 (72,9%)	165.093 (27,1%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	316.787 (11,0%)	230.439 (72,7%)	86.348 (27,3%)	-	-	-	-
Relação – Conhecido(a)	No	2.205.563 (76,8%)	1.413.199 (64,1%)	792.364 (35,9%)	Ref	-	-	-
	Yes	301.393 (10,5%)	164.654 (54,6%)	136.739 (45,4%)	1,26 (1,26 - 1,27)	<0,0001		
	Unknown	366.037 (12,7%)	252.841 (69,1%)	113.196 (30,9%)	-	-	-	-
Relação - Outro	Não	2.284.285 (79,5%)	1.422.025 (62,3%)	862.260 (37,7%)	1,12 (1,11 - 1,13)	<0,0001	-	-
	Sim	202.116 (7,0%)	134.022 (66,3%)	68.094 (33,7%)	Ref	-	-	-
	Ignorado	386.592 (13,5%)	274.647 (71,0%)	111.945 (29,0%)	-	-	-	-
Sexo do provável agressor	Feminino	1.576.773 (54,9%)	952.715 (60,4%)	624.058 (39,6%)	Ref	-	-	-
	Masculino	759.041 (26,4%)	516.966 (68,1%)	242.075 (31,9%)	0,81 (0,80 - 0,81)	<0,0001		
	Ambos	181.740 (6,3%)	158.738 (87,3%)	23.002 (12,7%)	0,32 (0,32 - 0,32)	<0,0001		
	Ignorado	355.439 (12,4%)	202.275 (56,9%)	153.164 (43,1%)	-	-	-	-
Suspeita de uso de álcool pelo provável agressor	Não	1.171.837 (40,8%)	789.349 (67,4%)	382.488 (32,6%)	Ref	-	-	-
	Sim	660.729 (23,0%)	377.405 (57,1%)	283.324 (42,9%)	1,31 (1,31 - 1,32)	<0,0001		
	Ignorado	1.040.427 (36,2%)	663.940 (63,8%)	376.487 (36,2%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Unidade de saúde	Não	106.275 (3,7%)	59.336 (55,8%)	46.939 (44,2%)	1,28 (1,27 - 1,29)	<0,0001	1,17 (1,15 - 1,19)	<0,0001
	Sim	338.743 (11,8%)	222.233 (65,6%)	116.510 (34,4%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.427.975 (84,5%)	1.549.125 (63,8%)	878.850 (36,2%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Conselho Tutelar	Não	412.776 (14,4%)	227.094 (55,0%)	185.682 (45,0%)	2,99 (2,95 - 3,03)	<0,0001	1,63 (1,57 - 1,70)	<0,0001
	Sim	146.178 (5,1%)	124.175 (84,9%)	22.003 (15,1%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.314.039 (80,5%)	1.479.425 (63,9%)	834.614 (36,1%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Vara da Infância e da Juventude	Não	531.326 (18,5%)	324.889 (61,1%)	206.437 (38,9%)	3,30 (3,14 - 3,48)	<0,0001	1,31 (1,11 - 1,54)	0,0014
	Sim	10.733 (0,4%)	9.471 (88,2%)	1.262 (11,8%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.330.934 (81,1%)	1.496.334 (64,2%)	834.600 (35,8%)	-	-	-	-

# Artigo Original

Assis Neto LA, Arato CVB, Cavalcante DFB, Raimundo ACS, Silva Junior MF, Probst LF, Guerra LM  
Análise do Perfil e Padrão da Violência Contra Mulheres no Brasil (2009–2021)

Encaminhamento – Abrigo	Não	540.532 (18,8%)	330.415 (61,1%)	210.117 (38,9%)	3,52 (3,25 - 3,81)	<0,0001	1,94 (1,58 - 2,37)	<0,0001
	Sim	4.902 (0,2%)	4.360 (88,9%)	542 (11,1%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.327.559 (81,0%)	1.495.919 (64,3%)	831.640 (35,7%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Rede de Atendimento à Mulher	Não	540.086 (18,8%)	330.244 (61,1%)	209.842 (38,9%)	3,97 (3,68 - 4,28)	<0,0001	1,91 (1,59 - 2,30)	<0,0001
	Sim	6.345 (0,2%)	5.724 (90,2%)	621 (9,8%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.326.562 (81,0%)	1.494.726 (64,2%)	831.836 (35,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)	Não	455.278 (15,8%)	276.351 (60,7%)	178.927 (39,3%)	1,45 (1,43 - 1,46)	<0,0001	1,15 (1,12 - 1,17)	<0,0001
	Sim	96.389 (3,4%)	70.210 (72,8%)	26.179 (27,2%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.321.326 (80,8%)	1.484.133 (63,9%)	837.193 (36,1%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)	Não	516.311 (18,0%)	313.227 (60,7%)	203.084 (39,3%)	2,60 (2,52 - 2,67)	<0,0001	1,62 (1,49 - 1,77)	<0,0001
	Sim	25.820 (0,9%)	21.909 (84,9%)	3.911 (15,1%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.330.862 (81,1%)	1.495.558 (64,2%)	835.304 (35,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Outras Delegacias	Não	400.529 (13,9%)	269.261 (67,2%)	131.268 (32,8%)	Ref	-	Ref	-
	Sim	147.212 (5,1%)	77.638 (52,7%)	69.574 (47,3%)	1,44 (1,43 - 1,45)	<0,0001	1,04 (1,02 - 1,06)	<0,0001
	Ignorado	2.325.252 (80,9%)	1.483.795 (63,8%)	841.457 (36,2%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Ministério Público (MPU)	Não	521.095 (18,1%)	320.141 (61,4%)	200.954 (38,6%)	3,47 (3,32 - 3,63)	<0,0001	1,58 (1,43 - 1,74)	<0,0001
	Sim	14.724 (0,5%)	13.088 (88,9%)	1.636 (11,1%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.337.174 (81,3%)	1.497.465 (64,1%)	839.709 (35,9%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência	Não	515.940 (18,0%)	314.850 (61,0%)	201.090 (39,0%)	2,29 (2,22 - 2,35)	<0,0001	1,55 (1,49 - 1,62)	<0,0001
	Sim	24.876 (0,9%)	20.636 (83,0%)	4.240 (17,0%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.332.177 (81,2%)	1.495.208 (64,1%)	836.969 (35,9%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Não	495.397 (17,2%)	294.800 (59,5%)	200.597 (40,5%)	2,51 (2,46 - 2,57)	<0,0001	1,39 (1,34 - 1,45)	<0,0001
	Sim	49.416 (1,7%)	41.459 (83,9%)	7.957 (16,1%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.328.180 (81,0%)	1.494.435 (64,2%)	833.745 (35,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Instituto Médico Legal (IML)	Não	496.890 (17,3%)	296.128 (59,6%)	200.762 (40,4%)	2,33 (2,28 - 2,37)	<0,0001	2,90 (2,74 - 3,08)	<0,0001
	Sim	49.744 (1,7%)	41.110 (82,6%)	8.634 (17,4%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.326.359 (81,0%)	1.493.456 (64,2%)	832.903 (35,8%)	-	-	-	-

Encaminhamento – Outros	Não	457.040 (15,9%)	266.951 (58,4%)	190.089 (41,6%)	2,00 (1,97 - 2,02)	<0,0001	1,40 (1,37 - 1,44)	<0,0001
	Sim	81.369 (2,8%)	64.418 (79,2%)	16.951 (20,8%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	2.334.584 (81,3%)	1.499.325 (64,2%)	835.259 (35,8%)	-	-	-	-
Região de ocorrência no município	Norte	172.698 (6,0%)	119.731 (69,3%)	52.967 (30,7%)	1,06 (1,05 - 1,07)	<0,0001	0,82 (0,79 - 0,85)	<0,0001
	Nordeste	441.798 (15,4%)	290.695 (65,8%)	151.103 (34,2%)	1,18 (1,17 - 1,19)	<0,0001	1,01 (0,98 - 1,04)	0,5342
	Sudeste	1.325.246 (46,1%)	764.756 (57,7%)	560.490 (42,3%)	1,46 (1,45 - 1,47)	<0,0001	1,12 (1,10 - 1,14)	<0,0001
	Sul	571.746 (19,9%)	406.236 (71,1%)	165.510 (28,9%)	Ref	-	Ref	-
	Centro-oeste	218.183 (7,6%)	147.416 (67,6%)	70.767 (32,4%)	1,12 (1,11 - 1,13)	<0,0001	1,07 (1,04 - 1,10)	<0,0001
	Ignorado	143.322 (5,0%)	101.860 (71,1%)	41.462 (28,9%)	-	-	-	-

\*Categoria de referência da variável dependente; RP: Razão de Prevalência; IC 95%: Intervalo de Confiança de 95%; Ref: Categoria de referência das variáveis independentes. QIC (modelo vazio) = 664.163,2. QIC (modelo final) = 150.499,0.

A violência psicológica correspondeu a 3,9% dos casos. Foi mais prevalente entre adultas (RP=1,25), idosas (RP=1,89), mulheres casadas

(RP=1,20) e separadas (RP=1,21), bem como nos casos envolvendo ex-cônjuges (RP=1,56), filhos (RP=1,38), empregadores (RP=7,45) ou relações institucionais (RP=2,24). Esses casos apresentaram maior probabilidade de encaminhamento para serviços de saúde (RP=1,46), Ministério Público

(RP=2,00), serviços de apoio à mulher (RP=2,51) e CREAS (RP=1,59), com  $p < 0,05$ . A violência psicológica foi menos frequente na Região Centro-Oeste em comparação às demais regiões ( $p < 0,05$ ) (Tabela 2).

**Tabela 2. Resultados das análises bruta e ajustada de associação com a violência psicológica no período de 2009 a 2021.**

Variável	Categoria	Total	Apenas Violência Psicológica		Modelo Individual		Modelo Ajustado	
			Não	*Sim	RP (IC95%)	p-value	RP (IC95%)	p-value
Geral	-	2.872.993 (100,0%)	2.659.700 (96,1%)	113.293 (3,9%)	-	-	-	-
Idade	Criança	957.571 (33,3%)	936.361 (97,8%)	21.210 (2,2%)	Ref	-	Ref	-
	Adulto	1.646.234 (57,3%)	1.566.209 (95,1%)	80.025 (4,9%)	2,19 (2,16 - 2,23)	<0,0001	1,25 (1,09 - 1,43)	0,0010
	Idoso	167.049 (5,8%)	157.805 (94,5%)	9.244 (5,5%)	2,50 (2,44 - 2,56)	<0,0001	1,89 (1,50 - 2,38)	<0,0001
	Ignorado	102.139 (3,6%)	99.325 (97,2%)	2.814 (2,8%)	-	-	-	-
Nível Educacional	Iliterato	195.729 (6,8%)	187.306 (95,7%)	8.423 (4,3%)	1,74 (1,70 - 1,79)	<0,0001	-	-
	Ensino Médio	1.347.761 (46,9%)	1.274.942 (94,6%)	72.819 (5,4%)	2,19 (2,16 - 2,23)	<0,0001	-	-
Nível Educacional	Ensino Superior	789.033 (27,5%)	769.574 (97,5%)	19.459 (2,5%)	Ref	-	-	-
	Ignorado	540.470 (18,8%)	527.878 (97,7%)	12.592 (2,3%)	-	-	-	-

# Artigo Original

Assis Neto LA, Arato CVB, Cavalcante DFB, Raimundo ACS, Silva Junior MF, Probst LF, Guerra LM  
Análise do Perfil e Padrão da Violência Contra Mulheres no Brasil (2009–2021)

Raça	Branco	1.148.803 (40,0%)	1.096.096 (95,4%)	52.707 (4,6%)	2,00 (1,84 - 2,16)	<0,0001	-	-
	Negro	227.434 (7,9%)	217.740 (95,7%)	9.694 (4,3%)	1,85 (1,71 - 2,01)	<0,0001	-	-
	Amarelo	19.546 (0,7%)	18.927 (96,8%)	619 (3,2%)	1,38 (1,23 - 1,54)	<0,0001	-	-
	Pardo	1.092.805 (38,0%)	1.052.298 (96,3%)	40.507 (3,7%)	1,61 (1,49 - 1,75)	<0,0001	-	-
	Indígena	25.276 (0,9%)	24.695 (97,7%)	581 (2,3%)	Ref		-	-
	Ignorado	359.129 (12,5%)	349.944 (97,4%)	9.185 (2,6%)	-	-	-	-
Gestação	Não	1.110.821 (38,7%)	1.046.161 (94,2%)	64.660 (5,8%)	2,02 (1,95 - 2,09)	<0,0001	1,41 (1,19 - 1,67)	<0,0001
	Sim	109.890 (3,8%)	106.718 (97,1%)	3.172 (2,9%)	Ref		Ref	
	Ignorado	1.652.282 (57,5%)	1.606.821 (97,2%)	45.461 (2,8%)	-	-	-	-
Status civil/ marital	Solteiro	1.072.329 (37,3%)	1.034.063 (96,4%)	38.266 (3,6%)	Ref		Ref	
	Casado	659.432 (23,0%)	621.113 (94,2%)	38.319 (5,8%)	1,63 (1,61 - 1,65)	<0,0001	1,20 (1,09 - 1,33)	0,0002
	Viúvo(a)	52.115 (1,8%)	48.443 (93,0%)	3.672 (7,0%)	1,97 (1,91 - 2,04)	<0,0001	0,97 (0,75 - 1,25)	0,8276
	Separado	129.742 (4,5%)	117.732 (90,7%)	12.010 (9,3%)	2,59 (2,54 - 2,65)	<0,0001	1,21 (1,04 - 1,39)	0,0109
	Ignorado	959.375 (33,4%)	938.349 (97,8%)	21.026 (2,2%)	-	-	-	-
Possui alguma deficiência/ transtorno?	Não	1.973.780 (68,7%)	1.883.603 (95,4%)	90.177 (4,6%)	1,69 (1,65 - 1,73)	<0,0001	-	-
	Sim	287.739 (10,0%)	279.958 (97,3%)	7.781 (2,7%)	Ref		-	-
	Ignorado	611.474 (21,3%)	596.139 (97,5%)	15.335 (2,5%)	-	-	-	-
Relação – Ignorado	Não	2.253.285 (78,4%)	2.146.203 (95,2%)	107.082 (4,8%)	3,26 (3,16 - 3,37)	<0,0001	4,06 (3,10 - 5,31)	<0,0001
	Sim	255.582 (8,9%)	251.858 (98,5%)	3.724 (1,5%)	Ref		Ref	
	Ignorado	364.126 (12,7%)	361.639 (99,3%)	2.487 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Pai	Não	2.292.779 (79,8%)	2.191.319 (95,6%)	101.460 (4,4%)	1,01 (0,99 - 1,03)	0,3107	-	-
	Sim	213.566 (7,4%)	204.216 (95,6%)	9.350 (4,4%)	Ref		-	-
	Ignorado	366.648 (12,8%)	364.165 (99,3%)	2.483 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Mãe	Não	2.231.809 (77,7%)	2.127.792 (95,3%)	104.017 (4,7%)	1,95 (1,91 - 2,00)	<0,0001	-	-
	Sim	285.288 (9,9%)	278.484 (97,6%)	6.804 (2,4%)	Ref		-	-
	Ignorado	355.896 (12,4%)	353.424 (99,3%)	2.472 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Padrasto	Não	2.440.741 (85,0%)	2.331.870 (95,5%)	108.871 (4,5%)	1,35 (1,29 - 1,41)	<0,0001	-	-
	Sim	58.494 (2,0%)	56.556 (96,7%)	1.938 (3,3%)	Ref		-	-
	Ignorado	373.758 (13,0%)	371.274 (99,3%)	2.484 (0,7%)	-	-	-	-

Relação – Cônjuge	Não	2.128.400 (74,1%)	2.042.174 (95,9%)	86.226 (4,1%)	Ref	-	-	-
	Sim	393.106 (13,7%)	368.226 (93,7%)	24.880 (6,3%)	1,56 (1,54 - 1,58)	<0,0001	-	-
	Ignorado	351.487 (12,2%)	349.300 (99,4%)	2.187 (0,6%)	-	-	-	-
Relação – Ex-cônjuge	Não	2.362.265 (82,2%)	2.274.387 (96,3%)	87.878 (3,7%)	Ref	-	Ref	-
	Sim	147.227 (5,1%)	124.035 (84,2%)	23.192 (15,8%)	4,23 (4,18 - 4,29)	<0,0001	1,56 (1,36 - 1,78)	<0,0001
	Ignorado	363.501 (12,7%)	361.278 (99,4%)	2.223 (0,6%)	-	-	-	-
Relação – Parceiro	Não	2.424.184 (84,4%)	2.315.066 (95,5%)	109.118 (4,5%)	2,12 (2,02 - 2,22)	<0,0001	2,82 (2,04 - 3,90)	<0,0001
	Sim	79.541 (2,8%)	77.850 (97,9%)	1.691 (2,1%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	369.268 (12,9%)	366.784 (99,3%)	2.484 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Ex-parceiro	Não	2.459.016 (85,6%)	2.353.143 (95,7%)	105.873 (4,3%)	Ref	-	-	-
	Sim	43.359 (1,5%)	38.378 (88,5%)	4.981 (11,5%)	2,67 (2,60 - 2,74)	<0,0001	-	-
	Ignorado	370.618 (12,9%)	368.179 (99,3%)	2.439 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Filho	Não	2.418.229 (84,2%)	2.314.156 (95,7%)	104.073 (4,3%)	Ref	-	Ref	-
	Sim	88.538 (3,1%)	81.787 (92,4%)	6.751 (7,6%)	1,77 (1,73 - 1,81)	<0,0001	1,38 (1,12 - 1,68)	0,0019
	Ignorado	366.226 (12,7%)	363.757 (99,3%)	2.469 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Sobrinho	Não	2.419.387 (84,2%)	2.312.026 (95,6%)	107.361 (4,4%)	1,04 (1,01 - 1,08)	0,0165	1,87 (1,36 - 2,57)	0,0001
	Sim	79.678 (2,8%)	76.284 (95,7%)	3.394 (4,3%)	Ref	-	Ref	-
	Ignorado	373.928 (13,0%)	371.390 (99,3%)	2.538 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Cuidador(a)	Não	2.486.225 (86,5%)	2.375.690 (95,6%)	110.535 (4,4%)	2,27 (2,01 - 2,56)	<0,0001	-	-
	Sim	12.898 (0,4%)	12.645 (98,0%)	253 (2,0%)	Ref	-	-	-
	Ignorado	373.870 (13,0%)	371.365 (99,3%)	2.505 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Empregador(a)	Não	2.498.230 (87,0%)	2.388.519 (95,6%)	109.711 (4,4%)	Ref	-	Ref	-
	Sim	5.422 (0,2%)	4.336 (80,0%)	1.086 (20,0%)	4,56 (4,32 - 4,81)	<0,0001	7,45 (5,88 - 9,44)	<0,0001
	Ignorado	369.341 (12,9%)	366.845 (99,3%)	2.496 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Institucional	Não	2.485.383 (86,5%)	2.376.128 (95,6%)	109.255 (4,4%)	Ref	-	Ref	-
	Sim	16.352 (0,6%)	14.895 (91,1%)	1.457 (8,9%)	2,03 (1,93 - 2,13)	<0,0001	2,24 (1,61 - 3,12)	<0,0001
	Ignorado	371.258 (12,9%)	368.677 (99,3%)	2.581 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Policial	Não	2.484.542 (86,5%)	2.374.014 (95,6%)	110.528 (4,4%)	3,71 (3,27 - 4,21)	<0,0001	-	-
	Sim	20.181 (0,7%)	19.939 (98,8%)	242 (1,2%)	Ref	-	-	-
	Ignorado	368.270 (12,8%)	365.747 (99,3%)	2.523 (0,7%)	-	-	-	-

# Artigo Original

Assis Neto LA, Arato CVB, Cavalcante DFB, Raimundo ACS, Silva Junior MF, Probst LF, Guerra LM  
Análise do Perfil e Padrão da Violência Contra Mulheres no Brasil (2009–2021)

Relação – Autoprovocada	Não	1.947.642 (67,8%)	1.845.967 (94,8%)	101.675 (5,2%)	3,43 (3,35 - 3,50)	<0,0001	1,49 (1,30 - 1,70)	<0,0001
	Sim	608.564 (21,2%)	599.291 (98,5%)	9.273 (1,5%)	Ref		Ref	
	Ignorado	316.787 (11,0%)	314.442 (99,3%)	2.345 (0,7%)	-	-	-	-
Relação – Conhecido(a)	No	2.205.563 (76,8%)	2.103.664 (95,4%)	101.899 (4,6%)	1,56 (1,53 - 1,59)	<0,0001	1,60 (1,36 - 1,87)	<0,0001
	Yes	301.393 (10,5%)	292.455 (97,0%)	8.938 (3,0%)	Ref		Ref	
	Unknown	366.037 (12,7%)	363.581 (99,3%)	2.456 (0,7%)	-	-	-	-
Relação - Outro	Não	2.284.285 (79,5%)	2.185.108 (95,7%)	99.177 (4,3%)	Ref		-	-
	Sim	202.116 (7,0%)	190.649 (94,3%)	11.467 (5,7%)	1,31 (1,28 - 1,33)	<0,0001	-	-
	Ignorado	386.592 (13,5%)	383.943 (99,3%)	2.649 (0,7%)	-	-	-	-
Sexo do provável agressor	Feminino	1.576.773 (54,9%)	1.492.334 (94,6%)	84.439 (5,4%)	2,17 (2,14 - 2,20)	<0,0001	-	-
	Masculino	759.041 (26,4%)	740.297 (97,5%)	18.744 (2,5%)	Ref		-	-
	Ambos	181.740 (6,3%)	175.106 (96,3%)	6.634 (3,7%)	1,48 (1,44 - 1,52)	<0,0001	-	-
	Ignorado	355.439 (12,4%)	351.963 (99,0%)	3.476 (1,0%)	-	-	-	-
Suspeita de uso de álcool pelo provável agressor	Não	1.171.837 (40,8%)	1.117.049 (95,3%)	54.788 (4,7%)	1,04 (1,02 - 1,05)	<0,0001	1,28 (1,18 - 1,40)	<0,0001
	Sim	660.729 (23,0%)	631.001 (95,5%)	29.728 (4,5%)	Ref		Ref	
	Ignorado	1.040.427 (36,2%)	1.011.650 (97,2%)	28.777 (2,8%)	-	-	-	-
Encami- nhamento – Unidade de saúde	Não	106.275 (3,7%)	105.427 (99,2%)	848 (0,8%)	Ref		Ref	
	Sim	338.743 (11,8%)	333.332 (98,4%)	5.411 (1,6%)	2,00 (1,86 - 2,15)	<0,0001	1,46 (1,29 - 1,65)	<0,0001
	Ignorado	2.427.975 (84,5%)	2.320.941 (95,6%)	107.034 (4,4%)	-	-	-	-
Encaminha- mento – Con- selho Tutelar	Não	412.776 (14,4%)	391.160 (94,8%)	21.616 (5,2%)	2,79 (2,69 - 2,91)	<0,0001	-	-
	Sim	146.178 (5,1%)	143.438 (98,1%)	2.740 (1,9%)	Ref		-	-
	Ignorado	2.314.039 (80,5%)	2.225.102 (96,2%)	88.937 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminha- mento – Vara da Infância e da Juventude	Não	531.326 (18,5%)	507.307 (95,5%)	24.019 (4,5%)	1,66 (1,48 - 1,86)	<0,0001	-	-
	Sim	10.733 (0,4%)	10.441 (97,3%)	292 (2,7%)	Ref		-	-
	Ignorado	2.330.934 (81,1%)	2.241.952 (96,2%)	88.982 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminha- mento – Abrigo	Não	540.532 (18,8%)	516.405 (95,5%)	24.127 (4,5%)	1,08 (0,95 - 1,24)	0,2481	-	-
	Sim	4.902 (0,2%)	4.700 (95,9%)	202 (4,1%)	Ref		-	-
	Ignorado	2.327.559 (81,0%)	2.238.595 (96,2%)	88.964 (3,8%)	-	-	-	-

Encaminhamento – Rede de Atendimento à Mulher	Não	540.086 (18,8%)	515.938 (95,5%)	24.148 (4,5%)	1,93 (1,64 - 2,27)	<0,0001	-	-
	Sim	6.345 (0,2%)	6.198 (97,7%)	147 (2,3%)	Ref		-	-
	Ignorado	2.326.562 (81,0%)	2.237.564 (96,2%)	88.998 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM)	Não	455.278 (15,8%)	440.506 (96,8%)	14.772 (3,2%)	Ref		-	-
	Sim	96.389 (3,4%)	86.265 (89,5%)	10.124 (10,5%)	3,24 (3,16 - 3,32)	<0,0001	-	-
	Ignorado	2.321.326 (80,8%)	2.232.929 (96,2%)	88.397 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)	Não	516.311 (18,0%)	492.267 (95,3%)	24.044 (4,7%)	4,49 (3,98 - 5,06)	<0,0001	-	-
	Sim	25.820 (0,9%)	25.552 (99,0%)	268 (1,0%)	Ref		-	-
	Ignorado	2.330.862 (81,1%)	2.241.881 (96,2%)	88.981 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Outras Delegacias	Não	400.529 (13,9%)	380.220 (94,9%)	20.309 (5,1%)	1,86 (1,80 - 1,93)	<0,0001	1,88 (1,69 - 2,08)	<0,0001
	Sim	147.212 (5,1%)	143.209 (97,3%)	4.003 (2,7%)	Ref		Ref	
	Ignorado	2.325.252 (80,9%)	2.236.271 (96,2%)	88.981 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Ministério Público (MPU)	Não	521.095 (18,1%)	497.818 (95,5%)	23.277 (4,5%)	Ref		Ref	
	Sim	14.724 (0,5%)	13.721 (93,2%)	1.003 (6,8%)	1,52 (1,43 - 1,62)	<0,0001	2,00 (1,66 - 2,42)	<0,0001
	Ignorado	2.337.174 (81,3%)	2.248.161 (96,2%)	89.013 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência	Não	515.940 (18,0%)	494.356 (95,8%)	21.584 (4,2%)	Ref		Ref	
	Sim	24.876 (0,9%)	22.472 (90,3%)	2.404 (9,7%)	2,31 (2,22 - 2,40)	<0,0001	2,51 (2,26 - 2,79)	<0,0001
	Ignorado	2.332.177 (81,2%)	2.242.872 (96,2%)	89.305 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Não	495.397 (17,2%)	474.223 (95,7%)	21.174 (4,3%)	Ref		Ref	
	Sim	49.416 (1,7%)	46.598 (94,3%)	2.818 (5,7%)	1,33 (1,28 - 1,39)	<0,0001	1,59 (1,41 - 1,79)	<0,0001
	Ignorado	2.328.180 (81,0%)	2.238.879 (96,2%)	89.301 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Instituto Médico Legal (IML)	Não	496.890 (17,3%)	472.878 (95,2%)	24.012 (4,8%)	8,09 (7,22 - 9,07)	<0,0001	7,20 (4,88 - 10,62)	<0,0001
	Sim	49.744 (1,7%)	49.447 (99,4%)	297 (0,6%)	Ref		Ref	
	Ignorado	2.326.359 (81,0%)	2.237.375 (96,2%)	88.984 (3,8%)	-	-	-	-
Encaminhamento – Outros	Não	457.040 (15,9%)	437.719 (95,8%)	19.321 (4,2%)	Ref		Ref	
	Sim	81.369 (2,8%)	76.187 (93,6%)	5.182 (6,4%)	1,51 (1,46 - 1,55)	<0,0001	1,36 (1,22 - 1,52)	<0,0001
	Ignorado	2.334.584 (81,3%)	2.245.794 (96,2%)	88.790 (3,8%)	-	-	-	-

# Artigo Original

Assis Neto LA, Arato CVB, Cavalcante DFB, Raimundo ACS, Silva Junior MF, Probst LF, Guerra LM  
Análise do Perfil e Padrão da Violência Contra Mulheres no Brasil (2009–2021)

Região de ocorrência no município	Norte	172.698 (6,0%)	162.942 (94,4%)	9.756 (5,6%)	2,85 (2,75 - 2,96)	<0,0001	1,62 (1,27 - 2,07)	0,0001
	Nordeste	441.798 (15,4%)	423.806 (95,9%)	17.992 (4,1%)	2,06 (1,99 - 2,13)	<0,0001	2,03 (1,64 - 2,51)	<0,0001
	Sudeste	1.325.246 (46,1%)	1.272.849 (96,0%)	52.397 (4,0%)	2,00 (1,94 - 2,06)	<0,0001	1,49 (1,24 - 1,79)	<0,0001
	Sul	571.746 (19,9%)	544.635 (95,3%)	27.111 (4,7%)	2,40 (2,32 - 2,47)	<0,0001	2,45 (2,04 - 2,94)	<0,0001
	Centro-oeste	218.183 (7,6%)	213.864 (98,0%)	4.319 (2,0%)	Ref		Ref	
	Ignorado	143.322 (5,0%)	141.604 (98,8%)	1.718 (1,2%)	-	-	-	-

\*Categoria de referência da variável dependente; RP: Razão de Prevalência; IC 95%: Intervalo de Confiança de 95%; Ref: Categoria de referência das variáveis independentes. QIC (modelo vazio) = 108.827,4. QIC (modelo final) = 20.458,1.

## DISCUSSÃO

A notificação de quase 3 milhões de casos de violência ocorridos no Brasil entre 2009 e 2021, com base nas fichas de notificação compulsória, revelou que a maioria das vítimas era composta por mulheres adultas, com escolaridade até o ensino médio e que se autodeclararam brancas. A expressiva prevalência da violência entre mulheres adultas pode refletir as complexas dinâmicas sociais e econômicas que influenciam o comportamento do agressor nessa faixa etária<sup>9</sup>. Além disso, a proporção considerável de vítimas com escolaridade limitada ao ensino médio sugere uma possível associação entre violência e fatores socioeconômicos e educacionais<sup>10</sup>. Disparidades raciais também são evidentes, com uma parcela significativa dos casos notificados por indivíduos que se autodeclararam brancos, o que pode indicar subnotificação da violência entre grupos que se autodeclararam “não brancos” ou refletir diferenças na vulnerabilidade ou na exposição à violência<sup>10-11</sup>.

No que se refere ao nível de escolaridade das vítimas, os resultados corroboraram estudos anteriores que associaram a violência a menores níveis educacionais entre as mulheres<sup>12-13</sup>. Uma pesquisa realizada com usuários da atenção primária<sup>(13)</sup> observou que parceiros com até oito anos de escolaridade e sem ocupação apresentaram maior frequência de

violência psicológica. O mesmo estudo destacou a importância de considerar o nível educacional e o perfil ocupacional dos parceiros como elementos relevantes para a compreensão da dinâmica da VCM. Ademais, características como uso de drogas, consumo de álcool e recusa ao uso de preservativos estiveram associadas a um aumento significativo na prevalência de agressão psicológica. Em relação à violência física e sexual, a ausência de vínculo empregatício e o consumo de álcool pelo parceiro foram identificados como fatores de risco<sup>14</sup>.

Em contraposição ao que é expresso na literatura, no que se refere à raça/cor, os resultados do presente estudo indicaram maior prevalência entre mulheres que se autodeclararam brancas. Em estudos que abordaram a letalidade da VCM, as maiores taxas foram observadas entre mulheres pretas e pardas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e entre mulheres brancas no Sul e em parte do Sudeste<sup>13</sup>. Os dados demonstram que a violência doméstica e familiar contra mulheres negras constitui um fenômeno multifatorial, envolvendo conflitos familiares, vulnerabilidade social, racismo e desigualdades socioeconômicas e sexuais, entre outros fatores<sup>15</sup>. A prevalência desse tipo de violência contra mulheres negras é alarmantemente elevada, refletindo a necessidade de atenção diferenciada e de políticas públicas efetivas que considerem os desafios específicos enfrentados por essas mulheres<sup>16</sup>.

Os resultados relacionados às notificações de violência contra mulheres

gestantes evidenciam a gravidade dessa problemática e a necessidade de intervenções direcionadas a esse grupo vulnerável, corroborando dados do Ministério da Saúde<sup>17</sup> e de outros estudos<sup>18-19</sup>, que apontaram que essa porcentagem variou entre 1% e 20%. Tal variação decorreu de diferenças metodológicas entre as pesquisas ou de particularidades dos contextos estudados. Esse tipo de violência pode acarretar consequências para a saúde materna e neonatal, variando desde a prematuridade até o óbito materno ou fetal<sup>19</sup>.

O estado civil das vítimas, com maior prevalência entre mulheres solteiras, pode indicar padrões de violência relacionados à situação conjugal, em consonância com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que também assinala que esse estado civil não exclui a existência de parceiro íntimo nem contempla mulheres separadas ou divorciadas, situações nas quais as mulheres se encontram mais vulneráveis<sup>20</sup>. A violência perpetrada por parceiros íntimos reflete uma cultura marcada por desigualdades de gênero, na qual práticas de opressão contra as mulheres, como o uso da força física e das agressões, configuram-se como expressões de humilhação e demonstrações de poder. Frequentemente, o consumo de álcool é socialmente aceito como justificativa para comportamentos violentos<sup>21</sup>.

No que diz respeito às mulheres com deficiência, os dados sugerem que a condição de deficiência pode intensificar a invisibilidade social dessas mulheres. Nessas circunstâncias,

as vítimas, que geralmente enfrentam maiores dificuldades para alcançar autonomia, frequentemente dependem financeiramente de seus agressores<sup>22</sup>. Quanto à região geográfica de ocorrência, observou-se maior prevalência na Região Sudeste, seguida pelas regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. A comparação desses achados com outros estudos é limitada pela escassez de referências nacionais, uma vez que as pesquisas, em geral, contemplam dados municipais, estaduais ou regionais. Considerando as desigualdades de acesso observadas no Brasil, é plausível que mulheres residentes em regiões mais privilegiadas disponham de maior acesso aos serviços, resultando em maiores taxas de notificação.

No que se refere à violência psicológica, este estudo identificou uma taxa média de 3,9% ao longo dos 13 anos analisados. Um estudo que utilizou dados da Pesquisa Nacional de Saúde<sup>23</sup> investigou o desfecho “ter sofrido violência psicológica nos últimos 12 meses” e encontrou uma taxa de 17,3% em 2019. Dessa forma, o presente estudo, ao apresentar menor prevalência desse tipo de violência, sugere duas possibilidades: ou houve uma redução real desse tipo de agressão, ou a sua naturalização pode ter desencorajado as mulheres a notificarem os casos.

Nesse sentido, é fundamental destacar que a deslegitimação de diversas formas de violência psicológica contra a mulher permanece como uma realidade persistente na sociedade, desestimulando as mulheres a denunciarem seus sofrimentos. O desequilíbrio de poder entre homens e mulheres é socialmente legitimado na sociedade brasileira, contribuindo para a naturalização da violência. A denúncia de abusos implica o enfrentamento dessa estrutura de poder estabelecida. Assim, o desencorajamento das vítimas em formalizar denúncias configura-se como mais uma estratégia patriarcal voltada à manutenção das desigualdades de poder socialmente aceitas.

Cabe ressaltar o impacto do fortalecimento das políticas públicas a partir de 2003 como um marco relevante, por meio da ampliação de ações integradas, tais como o aprimoramento da legislação, a criação de protocolos de atendimento, o incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a iniciativas educativas e culturais para a prevenção da violência e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública. Essa evolução reflete um esforço contínuo para o enfrentamento integral da VCM, promovendo a autonomia das mulheres e a responsabilização dos agressores<sup>24</sup>.

Entretanto, a efetividade da rede de enfrentamento à VCM no Brasil enfrenta obstáculos significativos. Um dos principais desafios refere-se à dificuldade de estabelecer um fluxo de informações claro e eficiente entre os serviços, o que resulta em encaminhamentos inadequados devido ao desconhecimento das atribuições específicas de cada instituição envolvida. Ademais, a ausência de comunicação sobre o andamento dos casos entre os diferentes órgãos contribui para a fragmentação do cuidado, gerando lacunas no suporte oferecido às vítimas<sup>25</sup>. Outro problema crítico diz respeito à qualidade da assistência prestada por alguns profissionais que, em razão da insuficiente capacitação para o manejo de situações de violência, podem culpabilizar as vítimas, demonstrar falta de empatia e não oferecer um atendimento humanizado. Há, inclusive, relatos de profissionais que adotam uma postura investigativa inadequada, com questionamentos excessivos e invasivos, desrespeitando a privacidade das vítimas e, por vezes, justificando a violência a partir do comportamento da própria mulher<sup>25</sup>.

Embora a amostra deste estudo tenha sido construída com parâmetros estatisticamente significativos, devem ser consideradas limitações como a subnotificação, decorrente tanto do fato de que nem todas as vítimas acessam os serviços quanto daquelas que, ao aces-

sá-los, omitem ou negam a agressão. Outra limitação refere-se a fatores humanos, como erros no preenchimento das fichas de notificação e na posterior digitação dos dados, considerando o elevado número de campos a serem preenchidos, o que aumenta a possibilidade de equívocos e perdas de informação. Ainda assim, a desigualdade estrutural que caracteriza a sociedade brasileira dificulta o acesso e discrimina as populações mais vulneráveis, como mulheres negras e aquelas com baixa ou nenhuma escolaridade formal, o que pode impedir ou limitar o acesso dessas mulheres aos serviços de notificação e assistência. Tal cenário contribui para a percepção equivocada de que esses grupos são menos afetados pela violência. Para enfrentar esses desafios, o monitoramento da efetividade da rede de enfrentamento à violência deve priorizar a ampliação do acesso, a articulação dos serviços, a prevenção e a proteção das vítimas.

## CONCLUSÃO

O perfil predominante das vítimas de violência contra a mulher (VCM) notificadas no Brasil entre 2009 e 2021, com base nas fichas de notificação compulsória, foi composto por mulheres adultas, predominantemente brancas, com escolaridade até o ensino médio e estado civil solteiro. A maioria das notificações concentrou-se na Região Sudeste.

## REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. Addressing violence against women in health and multisectoral policies: a global status report. ISBN 978-92-4-004045-8 (electronic version). Geneve, 2021.
2. Sardinha L, Giroux M, Stockl H, Meyer SR, Moreno CG. Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018. *Lancet*. 2022;399:803-13.
3. Brasil. Lei nº 10778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF)*, 2003 nov 25; Seção 1:11.
4. Silva LEL, Oliveira MLC. Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012. *Epidemiol Serv Saude*. 2016 Jun;25(2):331-42.
5. Vasconcelos NM, Bernal RTI, Souza JB, Bordoni PHC, Stein C, Coll CVN, Murray J, Malta DC. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(10):1-10, 2024.
6. Rodríguez-Blanes GM, Vives-Cases C, Miralles-Bueno JJ, Sebastián MS, Goicolea S. Detección de violencia del compañero íntimo en atención primaria de salud y sus factores asociados. *Gac Sanit*. 2017;31:410-5.
7. Arboit J, Padoin SMM, Vieira LB. Violence against women in Primary Health Care: Potentialities and limitations to identification. *Aten Primaria*. 2020 Jan;52(1):14-21.
8. Von Elm E, Altman DG, Egger M, Pocock SJ, Gøtzsche PC, Vandenbroucke JP; STROBE Initiative. The Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE) statement: guidelines for reporting observational studies. *Lancet*. 2007 Oct 20;370(9596):1453-7.
9. Oliveira CAB, Alencar LN, Cardena RR, Moreira KFA, Pereira PPS, Fernandes DER. Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia - Brasil. *Rev Cuid*. 2019 Apr;10(1):e573.
10. da Silva GCB, Nóbrega WFS, Neto ODMM, Soares RDSC, de Olinda RA, Cavalcanti SDALB, Cavalcanti AL. Distribuição espacial e perfil epidemiológico das notificações da violência contra a mulher em uma cidade do nordeste brasileiro. *Arch Health Invest*. 2020;8(10).
11. Pestana SJT, et al. Epidemia invisível: perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de Pernambuco entre 2015 e 2019. *Braz J Dev*. 2021;7(6):64290-64308.
12. Jennings WG, Powers RA, Perez NM. A Review of the Effects of the Violence Against Women Act on Law Enforcement. *Violence Against Women*. 2021 Jan;27(1):69-83.
13. Bueno S, Martins J, Pimentel A, Lagreca et al. Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil- 3a Edição-2021.
14. Leite FM, Marabotti Costa F, et al. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. *Rev Bras Epidemiol*. 2024;22:e190056.
15. Octaviani JV, de Lima Gomes S, Cortellazzi KL, Gondinho BVC, Lino CM, Guerra LM, et al. Violência doméstica: perfil e distribuição espacial em Piracicaba-SP. *Saude Rev*. 2020;21(1):53-64.
16. Carrijo C, Martins PA. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. *Rev Estud Fem*. 2020;28(2).
17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
18. Colonese CF, Liana WP. Análise das notificações de violência contra gestantes no Brasil no período de 2011 até 2018. *Texto Contexto Enferm*. 2022;31.
19. Barbosa HJC, et al. Caracterização de casos notificados de violência contra a gestante no Estado do Espírito Santo, no período de 2011 a 2016. *Rev Bras Pesquisa Saude*. 2019;21(4):38-48.
20. Moroskoski M, Brito FAM, Oliveira RR. Time trend and spatial distribution of the cases of lethal violence against women in Brazil. *Rev Latino-Am Enfermagem*. 2022;30:e3547.
21. Meneghel SN, Rosa BARD, Ceccon RF, Hirakata VN, Danilevicz IM. Femicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. *Cien Saude Colet*. 2017;22:2963-2970.
22. Passos RL, Telles FSP, Oliveira MHB. Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência. *Saude Debate*. 2019;43(154):154-164.
23. Minayo MCS, Pinto LW, Silva CMFP. A violência nossa de cada dia, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. *Cien Saude Colet*. 2022;27(9):3701-3714.
24. Santos CM. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. *Ver Estud Fem*. 2015;23(2):577-600.
25. Aguiar JM, D'Oliveira AFPLS, Lilia B. Mudanças históricas na rede intersectorial de serviços voltados à violência contra a mulher - São Paulo, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 2024;24:e190486.